

A primeira greve dos professores do Paraná

Odirlei Manarin¹

Resumo: A pesquisa em andamento tem como objetivo investigar as condições de trabalho dos docentes da educação básica da rede pública do Paraná. Pode-se dizer que o estudo de uma categoria de trabalhadores(as) que vivem um paradoxo de condições materiais, sentimentais e simbólicas. Ou seja, ora respeitada, valorizada e reconhecida como necessária para a emancipação humana; ora questionada por onerar os cofres públicos, responsabilizada unicamente por não ofertar um ensino de qualidade e precarizada na remuneração e condições de trabalho. Neste sentido, pretende-se analisar as avaliações e as interpretações destes(as) trabalhadores(as) a partir das suas experiências concretas de vida e de trabalho. Em outras palavras, o que eles acham que são? Porém, precisa-se aprofundar para além destas questões, isto é, sair da aparência e mergulhar na essência que estrutura as contradições sociais em que estes sujeitos estão inseridos. Assim sendo, neste artigo pretende-se expor algumas hipóteses de trabalho, assim como apresentar e analisar as principais reivindicações da categoria e suas conquistas na greve de 1963, a partir das fontes da APP-Sindicato e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Palavras-chave: Professores; condições de trabalho; greve; APP-Sindicato.

The first strike of the teachers of Parana

Abstract: The research in progress aims to investigate the working conditions of teachers of basic education in the public network of Paraná. One can say the study of a category of workers who live a paradox of material, sentimental and symbolic conditions. That is, it is respected, valued and recognized as necessary for human emancipation; now questioned for burdening the public coffers, only responsible for not offering quality education and precarious in terms of pay and working conditions. In this sense, we intend to analyze the evaluations and interpretations of these workers based on their concrete experiences of life and work. In other words, what they think they are. However, it is necessary to delve beyond these questions, that is, to leave the appearance and to delve into the essence that structures the social contradictions in which these subjects are inserted. Thus, this article intends to present some hypotheses of work, as well as to present and analyze the main claims of the category and its achievements in the 1963 strike, from the sources of APP-Syndicate and the Department of Political and Social Order (DOPS).

Keywords: Teachers; work conditions; strike; APP-Syndicate.

Introdução

A proposta da pesquisa em andamento é investigar o passado das condições de trabalho e as lutas travadas pelos professores nas décadas de 1960, 70, 80 e 90. Ou seja, as condições de trabalho e as lutas travadas no passado e no presente. Partindo do entendimento de que não se separa o tempo presente e o passado, muito menos se ignora o vínculo do passado com o tempo presente, o que significa dizer que são as questões do tempo atual que nos movem a investigar o passado (CHESNEAUX, 1995).

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), professor da Rede Pública do Estado do Paraná (SEED), na cidade de Foz do Iguaçu. E-mail: omanarin@yahoo.com.br.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é investigar e analisar as condições de trabalho dos professores do Paraná e suas lutas a partir da década de 1960 até os dias atuais. A definição do recorte temporal, neste momento, ficou estabelecida a partir das greves organizadas pela categoria. Busco levantar fontes e informações sobre as primeiras greves, considerando-as como marcos que representam as reivindicações destes trabalhadores, o que permite reconstruir as condições de trabalho.

O olhar direcionado para a investigação em analisar o presente e o passado parte de questões como: quais as lutas organizadas pelo sindicato ou pelos professores na melhoria de vida e das condições de trabalho? Como eram as condições de trabalho e de salários dos professores nas greves anteriores? Quais os motivos das greves? Quais as estratégias, as práticas e as dificuldades na organização do movimento? Que tipo de ameaças, de ataques, de perseguições e punições era usado pelo governo contra os professores e suas associações/sindicatos?

Essas questões, embora se apresentem em analisar o passado, estão plenamente inseridas em um contexto, mais do que isso, tem como finalidade atender às questões colocadas no presente atual. Portanto, a partir disso, seguimos o método de análise, interpretação e escrita, como sugere Thompson, em pensar a evidência a partir do domínio do contexto e dos principais teóricos, introduzindo o problema, apresentando a evidência, assim como a análise a partir do interesse do problema da pesquisa (THOMPSON, 1997).

Neste sentido, levantamos duas hipóteses iniciais: a primeira, a partir do estudo comparativo com o objetivo de explicitar a realidade do trabalho no passado e hoje, sem fazer escala de melhor ou pior, muito menos julgamento das ações, mas sim especificar as dinâmicas dos professores no ensino público. A segunda, mostrar como as condições de trabalho dos professores foram construídas a partir da intervenção desses mesmos sujeitos contra a pressão dos governos estaduais, isto é, em que momento avança e em qual momento é empurrada para trás. Entendendo esse processo sem julgamentos, e analisando a luta de classes e o protagonismo dos professores em se reafirmar enquanto classe.

Sendo assim, a tentativa de levantar, organizar e produzir fontes está sendo um grande desafio. Embora a APP-Sindicato no ano de 2017 tenha completado 70 anos, com aproximadamente 72 mil filiados, o que o classifica como o maior sindicato do Estado, pouco se tem organizado sobre sua história. Partimos então de duas obras produzidas por Amancio Luiz Saldanha dos Anjos, professor aposentado e hoje trabalhando como funcionário do sindicato do Núcleo Sindical de Cascavel. O primeiro livro produzido para a comemoração dos 60 anos da APP-Sindicato e dos 40 anos da APP-Regional de Cascavel, fundadas respectivamente nos anos de 1947 e 1968, e publicado em 2008. Sua elaboração ocorreu pelo Projeto Resgate e Registro da História da APP-Sindicato de Cascavel e Região – tendo a inclusão no Portal da Entidade e divulgação a todos os trabalhadores em educação no ano de 2007.

Essa obra dividiu-se em nove capítulos, sendo que do primeiro ao sétimo se atém à história da entidade e, no oitavo e nono capítulos, apresenta-se uma breve síntese da evolução da Educação Nacional, características dos sindicalistas, críticas e contribuições futuras da APP para a Educação. Dez anos depois, o mesmo autor revisa e amplia o livro em comemoração aos 70 anos da instituição. A organização e capítulos permanecem iguais, acrescentando-se dois capítulos, um sobre a APP nos anos de 2009 a 2016, selecionando quais foram os principais embates enfrentados pelo sindicato. O segundo capítulo acrescentado aborda a história dos núcleos sindicais de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e traz informações sobre fundação, presidentes, sedes, municípios atendidos.

Destacamos alguns pontos iniciais para reflexão deste livro de memória. O primeiro, por ser um material produzido por um grupo vinculado à direção sindical de Cascavel, que apoia a linha da direção estadual e que nos permite analisar o que é selecionado para ser lembrado e contado nos 60 anos da Entidade. Embora a produção tenha sido feita há quase dez anos, a direção sindical permanece com o mesmo grupo.² O segundo, a perspectiva de construção da história da APP-Sindicato linear e cronológica, exaltando em seu conjunto a organização, a resistência, o confronto com os governos e principalmente a luta e valorização da carreira do magistério, permite inicialmente entender não só as disputas, os conflitos, os embates postos naqueles momentos, como também seus silêncios e omissões.

Outra fonte que pretendemos analisar ao longo da pesquisa são algumas pastas organizadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que se encontram disponíveis para acesso no Arquivo Público do Paraná. Das dezesseis pastas levantadas, entre os anos de 1960 a 1983, referentes às associações dos professores, neste artigo, selecionamos as que tratam da primeira greve³.

As pastas selecionadas das associações que representavam os professores do Paraná constituem-se de documentos que trataram de atos, reuniões, assembleias, reportagens em jornais e greves. O primeiro passo da análise destes materiais foi buscar identificar quais as principais reivindicações da categoria e suas conquistas. Além disso, os documentos que dão corpo a cada pasta, em sua maioria, são de diversas ordens, como relatórios dos investigadores sobre as assembleias realizadas pelos professores da capital e do interior; comunicados dos agentes aos seus superiores de movimentos organizados, especialmente, pelos dirigentes das associações; informativos sobre jornais e informativos produzidos pelos professores; reportagens de jornais sobre os professores; ofícios das associações dos professores para a Igreja Católica, entre outros.

Analisando a maneira como eram organizados os assuntos de cada pasta deste departamento, constrói-se uma história oficial pela autoridade policial com base na observação e na materialização de um possível crime usando-se de provas concretas.⁴ As pastas que estão sendo analisadas, embora se refiram às associações que representam os professores no Paraná, identificavam as pessoas que participavam das reuniões, assembleias, panfletagens, piquetes e que possivelmente foram organizados em prontuários individuais. Em alguns casos, artigos de jornais recortados pelos policiais e anexados à pasta encontram-se sem identificação de datas e páginas que tinham como finalidade reforçar a imagem negativa do investigado.⁵ Optamos por recuperar e analisar os elementos que norteiam as reivindicações dos professores referentes às condições de trabalho e salário e como se organizaram e desenvolveram suas lutas.

² A APP tornou-se sindicato em 1989. Desde 1995 é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O mesmo grupo político, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, ocupa a diretoria há três décadas, tendo como principal figura pública o atual deputado estadual José Lemos, diretor da APP, iniciando em 1988 como representante de Município na cidade de Cascavel a 2009, quando assume como deputado. Lemos foi presidente da APP-Estadual por dois mandatos (2002-2005; 2005-2008), e desde que é deputado ocuparam a presidência do Sindicato os integrantes de seu grupo político, professores Marlei Fernandes e Hermes Leão, recentemente reeleito.

³ BR PRAPPR.PB004.PT1899.223 – Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Curitiba.

⁴ Artigos que tratam da organização dos documentos do DOPS, disponíveis em: Magalhães (1997) e Carneiro e Fonseca (2011).

⁵ Ver o artigo de Maria Luiza T. Carneiro (s./d.).

APP-Sindicato

No conjunto das associações, a primeira foi a Associação dos Professores do Paraná (APP) fundada em 1947, em Curitiba. Atendia os professores da cidade e da região metropolitana. Embora constituída após a ditadura do Estado Novo, comportava-se como associação, organizando as negociações com o governo para atender às demandas do magistério, como também, na constituição de patrimônios e sedes para seus associados (GONÇALVES, 2007).

Hoje, APP-Sindicato, enquanto entidade, representa a maior categoria do funcionalismo público do Estado, funcionários de escolas e em sua grande maioria professores. É composta por 29 núcleos regionais espalhados por todo o Estado, o que permite organizar e mobilizar a categoria para os enfrentamentos travados, em especial, com o governo estadual.

O formato de organização sindical que os professores estaduais paranaense têm hoje só foi consolidado em 1981. Antes disso, eram várias associações de âmbito municipal, regional e estadual para representá-los. Até o início da década de 1970, as associações eram distribuídas em quatorze sedes no total, sendo duas de âmbito estadual: Associação dos Professores do Paraná (APP) e Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP); quatro de âmbito regional: Associação dos professores do Norte do Paraná, Associação dos Professores do Vale do Pirapó e Bandeirantes, Associação dos Professores do Noroeste do Paraná e, Associação dos Professores do Oeste do Paraná; e oito, municipal: União dos Professores de Ponta Grossa, Associação dos Professores de Maringá, Associação dos Professores de Guarapuava, Associação dos Professores de Palmas, Associação dos Professores de Cascavel, Associação dos Professores de Pato Branco, Associação dos Professores de Foz do Iguaçu e Associação dos Professores de Umuarama.

Esta configuração ficou estabelecida no III Encontro do Magistério realizado em fevereiro de 1972, na cidade de Londrina, tendo a seguinte identificação das associações: 1ª Região – Curitiba; 2ª Ponta Grossa; 3ª Londrina; 4ª Maringá; 5ª Mandaguari; 6ª Cambará; 7ª Guarapuava; 8ª União da Vitória; 9ª Paranavaí; 10ª Foz do Iguaçu; 11ª Cascavel; 12ª Pato Branco; 13ª Umuarama; 14ª Campo Mourão. (ANJOS, 2017).

Cabe salientar que esta divisão, que a princípio se apresenta para melhor organizar a categoria em todo o Estado, também reflete as disputas políticas para gerir a categoria, embora pouco abordada nas duas obras de memória. As disputas se deram com o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), fundado no ano de 1972, grupo este que se apresentou ligado ao governo estadual ao longo da década de 1970.⁶ Apenas para indicar uma evidência sobre essas disputas, já que não é o enfoque deste texto, na publicação do dia 31 de março de 1977, o jornal Diário do Paraná retrata a sessão que confirmou os vetos ao Estatuto do Magistério. Enquanto os representantes da CRPP se fizeram presentes, como seus diretores favoráveis à manutenção total dos vetos, assistindo ao desenvolvimento dos trabalhos na tribuna de honra, cerca de trezentos professores ligados a APP e APLP ocupavam as galerias do plenário. Segundo os representantes da CRPP, aquela associação era

⁶ “As disputas se deram, também, na mudança de código de desconto consignatário da contribuição sindical, para desconto em folha de pagamento: o código 226 para professores da capital e o 227 para os professores do interior. O ex-presidente da APP, Faustino Fávoro, (1947-1954; 1961-1963; 1972-1973), protocola ofício na Casa Civil, na data de 17/10/1973, propondo a passagem do código 227 para a CRPP, dizendo-se o órgão representativo dos professores com abrangência estadual. O desfecho só ocorre com decisão judicial, reconhecendo o código pertencer à APP, porém, os associados, cerca de doze mil, foram canalizados para um novo código, o 220, criado para o CRPP” (ANJOS, 2008, p. 56).

contrária às posições radicais, argumentando que “para reivindicar pela classe, a entidade que representa necessita manter condições de diálogo com o governo”. Para eles, os vetos não prejudicariam a atividade profissional, a remuneração, a promoção e o concurso público (BR PRAPPR.PB004.PT94b.12, p. 335-336).

A primeira greve: “Operação Tartaruga”

A década de 1960 foi marcada pelas lutas por salário e carreira dos professores da rede pública do Paraná. Em janeiro de 1963, final de férias, na transição do afastamento necessário para o descanso, e a gradativa retomada do planejar o ano letivo, ocorre a “Operação Tartaruga”, aulas de trinta minutos. Primeira greve da categoria que teve abrangência estadual, pautando melhorar a Carreira do Magistério, as condições de trabalho e de vida frente às dificuldades do aumento do custo de vida.

A edição do Jornal 30 de Agosto, em comemoração aos 50 anos da entidade, informa que as greves em todo o país eram movidas pela inflação, baixos salários e por reformas políticas, já que o país vivia a campanha do plebiscito para reconduzir João Goulart à presidência. Cabe destacar que nos dois livros produzido por Anjos (2008; 2017), apresenta-se a descrição do dia a dia do movimento a partir do texto “Operação Tartaruga: História de uma lenda”, sobre a greve de 1963:

[...] 06/02 Duzentas (sic) professoras fazem passeata contra a demora na aprovação dos vencimentos. Sob chuva, vão da APP ao Centro Cívico entregar as reivindicações aos deputados e ao governador.

07/02 Sai o enquadramento das professoras no DESP.(sic)

08/02 SEC (Secretaria da Educação e Cultura) pede a volta das professoras às aulas e se compromete a encaminhar a reivindicação.

09/02 Sábado. Professores realizam passeata, com o emblema no peito “Operação Tartaruga”. O trajeto vai da rua XV à Santos Andrade, às 10 h. Cerca de 400 pessoas. Destaque à delegação do interior, que chega com mais de dez ônibus.

12/02 Editorial: (sic) “Apelo aos Professores”, reconhecendo a procedência das reivindicações do magistério, defendendo o governo e pedindo o retorno às aulas. “O principal objetivo de seu movimento já foi alcançado – a sensibilização coletiva e o reconhecimento por parte do governo da justa reivindicação que fazem”.

12/02 Assembleia debate o substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Nasser, que reteve o projeto do deputado Rubens Requião (sic) por 20 dias. – O apelo do Secretário na TV desmobiliza um pouco a greve. Culpa do governo federal.

13/02 Ney Braga retorna ao Paraná (sic) após viagem de 4 dias e faz pronunciamento na TV, acusando os professores de não ter comparecido à reunião marcada. Justificou a situação dizendo que a folha de pagamento estava alta, a economia do país estava instável e outros investimentos de vulto do estado. (sic) Apela para volta às aulas.

14/02 – Após discussões com o comando de greve, o deputado Rubens Requião apresenta novo reenquadramento. A gratificação para o magistério (sic) de 25% e para os normalistas, 20%. Às 2:30 da madrugada do dia 15/02, os professores decidem aceitar a proposta do governo, mas deliberou que a O.T. duraria até a aprovação pela Assembleia.

15/02 – Substitutivo é apresentado e aprovado por unanimidade, faltando apenas a votação final.

28/02 – Acaba oficialmente o movimento grevista. (ANJOS, 2008. p. 32).

Esta greve é avaliada pelo autor como vencedora em vários aspectos: o governo reconheceu o poder do Magistério, pela organização de passeatas em várias cidades do interior do Estado, como Umuarama, Mandaguaiçu; o apoio e a solidariedade de outras associações/sindicatos de diversas categorias; a capacidade de mobilizar e de organizar um grande número de participantes. A direção da Entidade passou a pensar na possibilidade de unificação das diferentes categorias dentro do próprio magistério.

Sobre esta greve, as fontes do DOPS organizadas na pasta referente ao Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Curitiba⁷, participante da comissão central da greve juntamente com a APP e Casa do Professor Primário, encontram-se quatro reportagens referentes à “Operação Tartaruga”. Delas, três são do Jornal Última Hora e a outra, arquivada sem identificação. De modo geral, as reportagens têm um tom de apoio ao movimento e destacam a organização que atingiu grande parte do Estado, o que permitiu avançar nas negociações, mesmo estendendo o movimento durante todo o mês de fevereiro daquele ano.

A tática de aulas de trinta minutos, também conhecida como greve branca, usada pelas professoras primárias na busca por melhores vencimentos, conseguiram que nenhum grupo escolar da capital funcionasse no dia 6 de fevereiro de 1963. A reportagem intitulada “Professores de braços cruzados: greve branca atingirá interior” (Jornal UH, 06/02/1963) apresenta como foi o primeiro dia de aula para receber os alunos, tendo como prática explicar os motivos da greve, orientando-os a não comparecerem à escola até a resolução das reivindicações e permanecerem em classe, sem fazer qualquer tarefa escolar.

A descrição da greve, segundo a citação de Anjos (2008), indicou, no dia 09 de fevereiro, a realização da passeata com cerca de 400 pessoas. O jornal Última Hora, do dia 11 de fevereiro de 1963, segunda-feira, na reportagem “Professoras não podem viver com salário de domésticas”, informa que, no último sábado, com a presença de cinco mil mestras, da capital e interior, realizaram passeata denominada “a marcha do salário”. começando pela Praça Osório rumo à Praça Santos Andrade. onde ficaram concentradas. É destaque nas reportagens a concentração e reuniões durante todos os dias na sede da APP. Eram tiradas tarefas diárias em que comissões saíam para visitar grupos e casas escolares de Curitiba e verificavam se estavam cumprindo a “Operação Tartaruga”; quando tramitava o substitutivo pelas comissões da Assembleia Legislativa, marcavam presença. Todo esse trabalho na organização das comissões na sede da APP seguia movido a músicas, com a instalação da radiola para musicar o ambiente. Por último, acentua que a greve se manteve coesa e atingiram outros municípios como Paranaguá, Imbituva, Castro, Piraí do Sul, Prudentópolis, Guarapuava, Ipiranga, Ivaí, Reserva, Tibagi, Ortigueira e outros, tendo em vista a condição do professorado primário, a classe mais atingida pelos baixos salários daquele momento.

Na terceira reportagem, “Greve das professoras continua apesar das ameaças do governo” (Jornal UH, 14 fev. 1963), toda a matéria é estruturada a partir da fala televisada do governador Ney Braga de “usar o máximo rigor custe o que custar” e de não atender às reivindicações ou conceder qualquer melhoria salarial enquanto as professoras não voltarem às aulas. Mesmo com o apelo do governador, de acordo com a reportagem, nenhum estabelecimento de ensino primário da capital funcionou e em alguns poucos os alunos compareceram, em outros não estavam indo às escolas, demonstrando o apoio dos pais à solicitação dos professores. No jornal 30 de Agosto, destaca-se que as professoras ocupavam diariamente as galerias do legislativo,

⁷ Pasta identificada com a numeração BR PRAPPR.PB004.PT1899.223. Arquivo Público do Paraná.

e que o pronunciamento do governador na TV pedia que as vinte mil professoras primárias do Estado voltassem às aulas (ESPECIAL 50 ANOS, 1997).

De acordo com as reportagens citadas, o movimento conseguiu manter durante todo o mês de fevereiro suas atividades organizadas diariamente, realizando ações como propaganda nas ruas, por meio de alto-falantes; confecção de cartazes alusivos à greve, na sede da APP; realizando assembleias permanentes com a presença constante de grande número de professoras, visitas aos grupos escolares e assinatura normal dos livros de registro de ponto; visitas à Assembleia Legislativa para acompanhar a tramitação das reivindicações; constantes reuniões com os pais agradecendo o apoio e apresentando com detalhes os motivos do movimento. Além disso, receberam apoio de outras associações e sindicatos, câmaras municipais, lojistas, entre outros.

O movimento iniciou na capital e, com base nas evidências do jornal Última Hora, na cidade de Ponta Grossa houve adesão maciça desde o início, espalhando o movimento para as demais regiões do Estado. No material confeccionado pela APP, com o nome “Memória Histórica 1983”, há um caderno com vinte uma páginas datilografadas, assinado pelo presidente da associação da época Izaías Ogliari⁸. Nele indica-se que o movimento se constituiu no descontentamento do não reenquadramento que permitia o avanço de apenas um nível para os docentes primários, sem reajuste salarial. Por outro lado, evidencia-se nas reportagens que o desenvolvimento da greve ocorre pela base da categoria que se organizou em diversas comissões espalhadas por todo o Estado.

Este enfrentamento com o governo ao longo de um mês, de acordo com as fontes, só foi possível se manter com as várias ações de mobilização da categoria, contando com apoio de outros segmentos da sociedade. Por outro lado, este empenho na luta, mesmo recebendo ataques e ameaças do governador, manteve-se firme, o que nos faz entender que o magistério primário vivia em situação extremamente difícil, a ponto de as reportagens adjetivarem de constrangedor, inadmissível, asfixiante, o salário de fome. Aquela situação não permitia melhora nas condições materiais aceitáveis, uma vez que o salário estava abaixo do mínimo regional. A luta empenhada na “Operação Tartaruga” apresentou-se pela obtenção mínima de uma vida menos sacrificada e compatível com a função exercida na formação dos alunos.

De acordo com o cronograma da greve já citado, informa-se que no dia 15 de fevereiro as professoras entraram a madrugada esperando a proposta do governo e aceitando os valores, para professoras primárias denominadas regentes e sem habilitação, de vinte por cento; às professoras classificadas como normalistas, vinte e cinco por cento. O resultado final do movimento é analisado posteriormente como vencedor por conseguir o aumento mencionado. Contudo, na reportagem “Professorado do ensino médio vai aderir à Operação Tartaruga: Norte Comanda!”, difícil de identificar de qual jornal se tratava, porém aponta que os professores do Ensino Médio, a partir do primeiro dia do mês de março, quando iniciariam as aulas no ginásio, mantidos pelo Estado, não concordando com o aumento concedido pelo governo, bem como o Plano de Classificação de Cargos, ou seja, a organização da carreira (BR PRAPPR.PB004.PT1899.223, p.13).

A matéria sugere que estes professores da capital haviam recebido os vencimentos relativos ao mês de janeiro, mas que no interior estavam atrasados e que em muitas cidades não tinham salários desde novembro. Embora não tenha sido questionada pelas fontes da APP,

⁸ Esteve na presidência do sindicato no período de 1982 a 1985. Este material elenca de forma descritiva o que consideravam as principais atividades da instituição entre os anos de 1947 a 1983.

esta reportagem menciona que os professores não aceitaram a manobra feita pelo governo em atribuir valores diferentes de aumento devido à titulação, uma vez que todos que ministravam no Ensino Médio tinham curso superior. Isto nos faz pensar na construção de uma trajetória vencedora e conquistas, outros elementos foram esquecidos ou mesmo silenciados, já que não aparecem nas fontes do sindicato.

Enfim, essas seriam as primeiras reflexões, apontamentos e levantamento de hipóteses sobre a primeira greve dos professores do Paraná. Seguindo por este caminho, na busca de mapear as reivindicações e as condições de trabalho em que o magistério estava submetido, os próximos passos no desenvolvimento da escrita da tese serão analisar as demais greves, a partir desta dinâmica com os materiais produzidos pelo sindicato e as pastas do DOPS.

Referências

ANJOS, A. L. S. dos. **APP Sindicato 60 anos**. Cascavel e região – 40 anos: História e memórias. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

_____. **APP Sindicato 70 anos: histórias e memórias: revisada e ampliada**. Cascavel: ASSOESTE, 2017.

CARNEIRO, M. L. T. Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. **Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**, s./d. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

FONSECA, L. N. A apropriação da memória e os arquivos do DOPS III SBA. Políticas arquivísticas na Bahia e no Brasil. Simpósio Baiano de Arquivologia, **ANAIS...** Salvador, 26-28 out. 2011. Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Fonseca2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GONÇALVES, S. R. **Movimento Operário e Estado: A APP-SINDICATO – A Organização e as lutas dos trabalhadores na educação da Rede Pública Estadual do Paraná**. 2007. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2007.

JORNAL 30 DE AGOSTO. Especial 50 anos. **APP-Sindicato 50 anos de História**. 1947-1997, edição especial, abr. 1997.

MAGALHÃES, M. D. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011>. Acesso em: 15 mar. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.